



BEBIDAS FRUKI S. A.

CNPJ 87.315.099/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Atendendo dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ficando desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Lajeado (RS), 10 de março de 2021. A Diretoria

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em milhares de reais)

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício			
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		110.574	105.747	CIRCULANTE		55.479	58.120
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.089	38.681	Fornecedores	9	23.300	18.132
Clientes	6	45.176	48.569	Empréstimos e financiamentos	10	5.537	7.740
Estoques	7	19.297	13.375	Obrigações sociais trabalhistas	11	6.989	7.152
Adiantamentos		653	620	Obrigações tributárias		13.522	15.986
Tributos a recuperar		1.695	1.751	Outras contas a pagar		2.528	3.235
Outros créditos		2.664	2.751	Dividendos a pagar	15	3.603	5.875
NÃO CIRCULANTE		100.725	100.682	NÃO CIRCULANTE		20.741	28.546
Depósitos judiciais	12	4.414	4.139	Empréstimos e financiamentos	10	16.449	24.904
Impostos a recuperar		1.030	377	Provisão de contingências	12	4.241	3.627
Investimentos		7	7	Outras contas a pagar		51	15
Imobilizado	8	95.143	96.028	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	135.079	119.763
Intangível		131	131	Capital social		86.762	69.136
TOTAL DO ATIVO		211.299	206.429	Reservas de incentivo fiscal		36.568	33.019
				Ajuste de avaliação patrimonial		(4)	(18)
				Reserva de lucros		11.753	17.626
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		211.299	206.429

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)				
	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de Incentivo Fiscal	Ajuste Aval. Patrimonial	Reserva Legal	Res. lucros e expansões	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	57.711	(200)	33.017	(42)	775	10.850	-	102.111
Aumento de capital social	11.625	-	-	-	(775)	(10.850)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.503	23.503
Reserva legal	-	-	-	-	1.175	-	(1.175)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	24	-	-	-	24
Reserva de capital	-	-	2	-	-	-	(2)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	(5.875)	(5.875)
Dividendos p/ expansão	-	-	-	-	-	16.451	(16.451)	-
Saldo em 31/12/2019	69.336	(200)	33.019	(18)	1.175	16.451	-	119.763
Aumento de capital social	17.626	-	-	-	(1.175)	(16.451)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.905	18.905
Reserva legal	-	-	-	-	945	-	(945)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	3.549	-	-	-	(3.549)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	14	-	-	-	14
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	(3.603)	(3.603)
Dividendos p/ expansão	-	-	-	-	-	10.808	(10.808)	-
Saldo em 31/12/2020	86.962	(200)	36.568	(4)	945	10.808	-	135.079

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019 (As notas explicativas integram demonstrações contábeis)

Nota 1 - Informações Sobre a Companhia
A Bebidas Fruki S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à ROD BR 386, KM 346, s/nº, no Bairro Hidráulica em Lajeado – RS, fundada em 29/04/1924, tem como atividade preponderante a fabricação de bebidas, comércio de produtos próprios ou de terceiros; prestação de serviços de industrialização por encomenda, explorando ainda atividades agropastoris.

Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras
A Administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. Em face ao novo cenário causado pelo COVID-19, a Companhia adotou medidas de prevenção e cuidado com seus profissionais, e manteve suas instalações de produção e distribuição operando sem interrupções significativas, aderiu a políticas do Governo com relação a suspensão de contratos de trabalho relacionados a pessoas do grupo de risco e realizou adequações em turnos em seu quadro de funcionários. Apesar deste cenário de incertezas, percebe-se também no período uma mudança no perfil do consumidor, com venda de produtos mais direcionados a núcleo familiar com embalagens grandes, considerando a grande diminuição de festas e eventos, onde o consumo de bebidas em embalagens menores é comum, todavia, não houve redução significativa nas vendas, neste exercício.

Nota 2 - Base de preparação das demonstrações contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. Com o objetivo de obter melhor a apresentação e manter a comparabilidade dos saldos, alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para uma melhor comparabilidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2021.

Nota 3 - Principais práticas contábeis
a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.
b) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
c) Clientes: Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
d) Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção** - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
e) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, mencionadas na Nota 8. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
f) Arrendamento - Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor
Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
g) Teste de recuperabilidade dos ativos: A Administração revisa periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.
h) Reconhecimento da receita: O CPC 47- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:
(i) A identificação do contrato com o cliente;
(ii) A identificação das obrigações de desempenho;
(iii) A determinação do preço da transação;
(iv) A alocação do preço da transação; e
(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:
Venda de produtos
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.
Receita de juros
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.
i) Obrigações tributárias - Impostos sobre vendas:
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:
(i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
(ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
(iii) O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Varejistas	Distribuidor
Programa de Integração Social	1,86%	2,32%
Contribuição Seguridade Social	8,54%	10,68%
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS - interno 17,50% a 25%	17,50% a 25%
	ICMS - interestadual 12,00%	12,00%
	FCP - cerveja (RS) 2,00%	2,00%
Impostos s/ Prod. Industrializados	IPI 1,50% a 4,50%	2,00% a 6,00%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.
Imposto de renda e contribuição social - correntes
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.
j) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e financiamentos. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de commodities, para proteger-se contra seus riscos de oscilação dos valores. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data

Demonstração do Resultado do Exercício			
	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA		16	259.430
Custo dos produtos vendidos		(114.424)	(116.745)
LUCRO BRUTO		145.006	142.685
Despesas com vendas		(93.240)	(95.833)
Despesas gerais e administrativas		(23.785)	(22.562)
Outros resultados operacionais		523	556
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		28.504	33.652
Resultado financeiro líquido	18	(2.917)	(833)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES		25.587	32.819
Imposto de renda e contribuição Social	13	(6.682)	(9.316)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.905	23.503
Lucro líquido por ação (em reais)		3,68	4,57

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício			
		2020	2019
Lucro Líquido do exercício		18.905	23.503
Resultado abrangente total do exercício		18.905	23.503

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)			
		2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		18.905	23.503
Lucro líquido do exercício		18.905	23.503
Depreciação e amortização		8.226	7.915
Provisão para devedores duvidosos		667	532
Provisão para riscos		614	(2.820)
Provisão para participação de administradoras		(711)	695
Juros sobre empréstimos		3.939	2.484
Variação contas a receber		2.726	(3.538)
Variação nos estoques		(5.922)	9.002
Variação adiantamentos		(33)	(21)
Variação impostos a recuperar		(597)	1.161
Variação outros créditos		(188)	(990)
Variação em fornecedores		5.168	1.237
Variação obrigações sociais/trabalhistas		(163)	935
Variação obrigações tributárias		(2.464)	6.034
Variação outras contas passivas		40	(288)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operac.		30.207	45.841
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		-	299
Aplicação de longo prazo		(9.504)	(9.646)
Adições imobilizado/arrendamento mercantil		2.163	333
Baixas imobilizado/arrendamento mercantil		(7.341)	(9.014)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de invest.		(14.682)	(16.064)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		1.311	7.835
Financiamentos/arrendamentos tomados		(12.359)	(10.628)
Pagamento financiamentos/arrendamentos		(3.549)	(2)
Benefício intearar RS		(5.875)	(3.875)
Dividendos pagos		14	24
Ajuste avaliação patrimonial		(20.458)	(6.646)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financ.		2.408	30.181
Aumento (redução) liq.de caixa e equivalente de caixa		38.681	8.500
Caixa e equivalentes de caixa início do período		41.089	38.681

em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.
k) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.
l) Provisões: As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
Nota 4 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:
Provisão para créditos de liquidação duvidosa
É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber.
Provisões para litígios
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
Imposto de renda, contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias.
Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	1.805	3.121
Aplicações Financeiras	39.284	35.560
Certificado de Depósito Bancário (CDB) e LFT - letra financeira do tesouro nacional	34.255	30.553
Total	41.089	38.681

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre os 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 98,85% do CDI.
Nota 6 - Clientes

	2020	2019
Composição dos saldos	49.370	52.100
Mercado interno	(4.425)	(3.758)
(-) Titulos incobráveis	231	227
Chiques em cobrança	45.176	48.569

	2020	2019
Vencimentos das duplicatas	40.479	43.848
A Vencer	8.891	8.252

